

# Corte de gasto, inflação baixa

**RICARDO ALLAN**

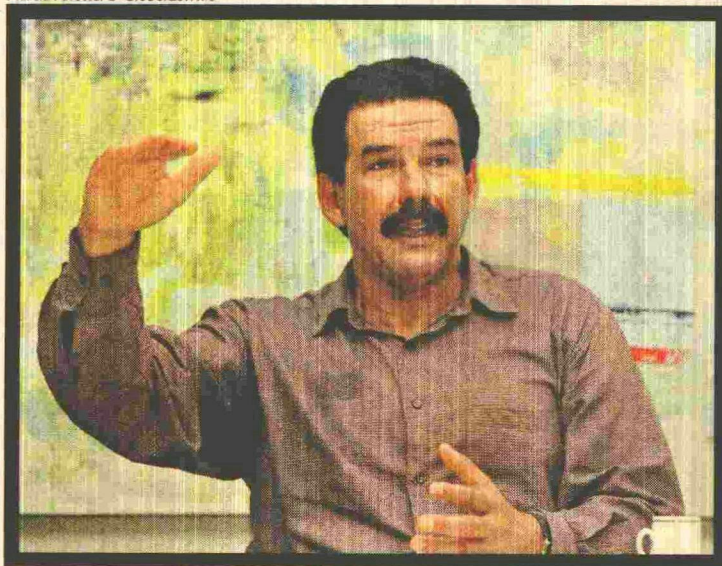
DA EQUIPE DO CORREIO

A discussão sobre o combate à inflação está gerando um momento raro de consenso entre os economistas brasileiros: todos têm sérias restrições à política monetária do governo. Para os analistas, o aperto monetário deveria ser auxiliado por um aumento no ajuste fiscal, feito a partir de um forte corte de gastos de custeio. O segundo ponto do entendimento diz respeito à meta ajustada de inflação de 5,1%, considerada muito ambiciosa. Pesam críticas ainda sobre o remédio utilizado. A alta dos juros seria ineficiente porque não afeta as tarifas públicas, preços corrigidos por contrato.

Para o economista Rubem de Freitas Novaes, consultor independente, é fundamental que o governo reduza as despesas públicas e contenha a expansão da quantidade de dinheiro em circulação na economia se quiser segurar a inflação. Na visão de Novaes, a equipe econômica está negligenciando os dois fatores. No primeiro trimestre do ano, os gastos com a manutenção do governo cresceram 8,8% em comparação com igual período do ano passado, enquanto as receitas subiram 5,9%. Ao mesmo tempo, o volume de moeda no país está crescendo a um ritmo de 20% por ano.

“O governo precisa fazer um esforço grande de redução das despesas, aumentando o ajuste fiscal. Da mesma forma, o volume de recursos na economia não pode

Márcia Foletto/O Globo/23.9.98



**THADEU: AUMENTO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO É INÚTIL SEM REDUÇÃO DA SELIC**

continuar crescendo da forma que está”, disse o economista. A meta de superávit primário (economia para pagar juros da dívida) é de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). O objetivo era o mesmo no ano passado, mas o governo aproveitou o excesso de arrecadação para economizar 4,6% do PIB. “O mesmo poderia ser feito neste ano, mas cortando gastos. Podia fechar uns cinco ministérios que não ia fazer falta nenhuma.”

Para Novaes, o ideal seria que o resultado final das contas públicas, depois do pagamento dos juros sobre a dívida, ficasse equilibrado. O chamado déficit nominal foi de 2,66% do PIB no ano passado, resultado considerado muito bom se comparado com o buraco de 5,08% registrado em

2003. Segundo o economista, qualquer outra medida para combater a inflação seria paliativa. Ele inclui na categoria a renegociação dos índices de correção das tarifas de energia elétrica e telecomunicações, por exemplo, e a redução das alíquotas de importação de produtos cujos preços estão aumentando muito no Brasil.

O consultor acredita que os problemas do Banco Central (BC) começaram com a fixação de uma “meta irrealista” para a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4,5%, com intervalo de tolerância de 2,5 pontos percentuais, o que eleva o teto para 7%. Percebendo que o objetivo era muito ambicioso, o BC passou a perseguir 5,1% neste ano. Mesmo depois de

oito aumentos sucessivos na taxa básica de juros (Selic), que a levou de 16% para os atuais 19,50%, a expectativa dos analistas não caiu. Ao contrário, só aumentou nas últimas dez semanas, atingindo 6,30% na última pesquisa.

## Pirotecnias

O economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas, não acredita que o governo vai adotar alguma medida heterodoxa, afastando-se da cartilha previsível de política econômica. “Não há mais espaço para pirotecnias”, diz. Para ele, aumentar o superávit primário mais uma vez seria uma boa medida, mas pode se mostrar inútil se o governo não começar a baixar a Selic. A elevação dos juros pode absorver toda a economia extra conseguida com a elevação do superávit. Segundo ele, recursos equivalentes a 8,5% do PIB devem ser deslocados para o pagamento de juros neste ano. “Os juros reais estão em torno de 13%, o que é insustentável.”

Freitas qualifica de “excesso de preciosismo” a fixação da meta do IPCA em 5,1%. Para ele, o único fator que poderia fazer a inflação ultrapassar o teto de 7% neste ano seria um desequilíbrio na cotação do dólar, o que é improvável. “A inflação está dada e sob controle. É bobagem continuar insistindo na meta exageradamente apertada. O certo seria calibrar a política monetária para atingir algo em torno de 6%, o que liberaria o país para crescer um pouco mais”, disse.

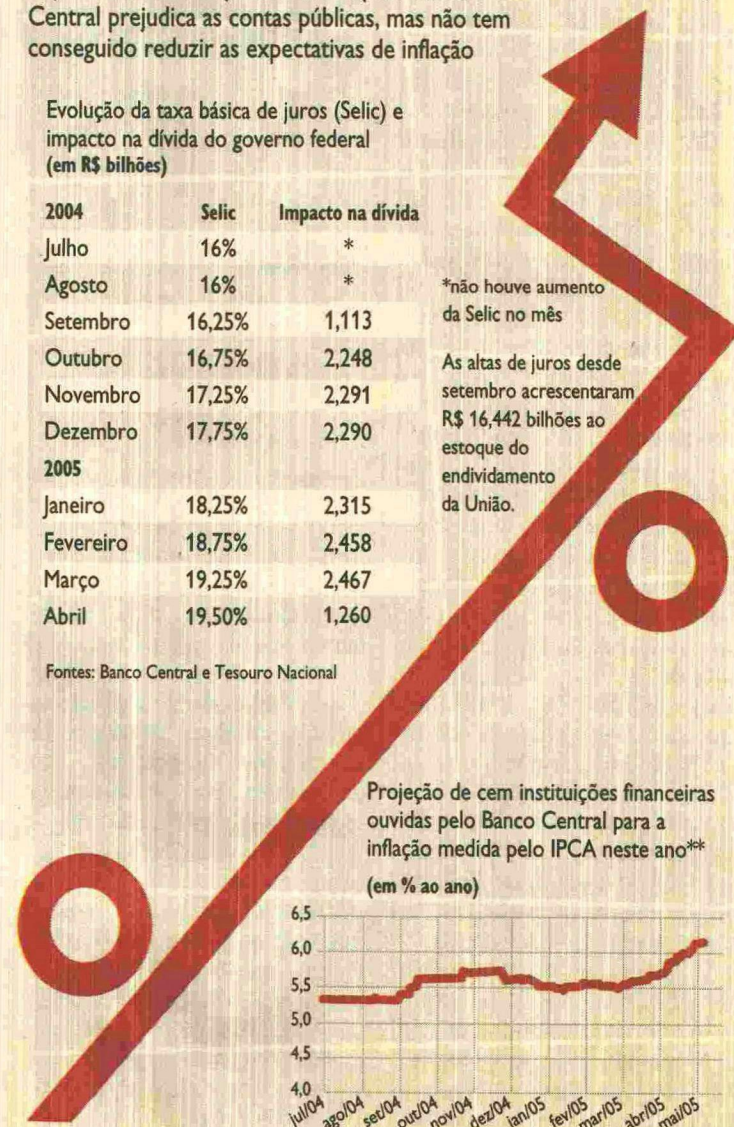
## TIRO NO PÉ

Veja como a alta de juros definida pelo Banco Central prejudica as contas públicas, mas não tem conseguido reduzir as expectativas de inflação

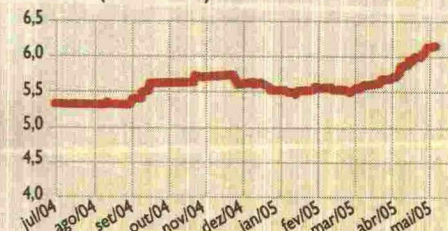
Evolução da taxa básica de juros (Selic) e impacto na dívida do governo federal (em R\$ bilhões)

2004	Selic	Impacto na dívida	
Julho	16%	*	
Agosto	16%	*	*não houve aumento da Selic no mês
Setembro	16,25%	1,113	
Outubro	16,75%	2,248	
Novembro	17,25%	2,291	As altas de juros desde setembro acrescentaram R\$ 16,442 bilhões ao estoque do endividamento da União.
Dezembro	17,75%	2,290	
2005			
Janeiro	18,25%	2,315	
Fevereiro	18,75%	2,458	
Março	19,25%	2,467	
Abril	19,50%	1,260	

Fontes: Banco Central e Tesouro Nacional



Projeção de cem instituições financeiras ouvidas pelo Banco Central para a inflação medida pelo IPCA neste ano\*\* (em % ao ano)



\*\*A meta ajustada para o IPCA em 2005 é de 5,1%, mas dificilmente será atingida.

Fonte: Banco Central

Arte: Amaro Junior/CR